

CUT**FUP**

JORNAL DO SINDIPETRO

PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXXI | Nº 1362 | de 01 a 07/12/2015

MPT investigará práticas antissindicaais da Petrobrás

Em audiência realizada no dia 17 de novembro com o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, e o chefe da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical (Conalis), João Carlos Teixeira, a FUP tornou a denunciar as práticas antissindicaais cometidas pela Petrobrás e por suas subsidiárias durante a greve dos petroleiros.

A entidade cobrou uma apuração rigorosa e a devida responsabilização dos gestores pela utilização de aparatos policiais dentro das unidades de produção, pelos interditos proibitórios que impuseram multas milionárias aos sindicatos, que tiveram, inclusive, contas bancárias bloqueadas, pela proibição dos dirigentes sindicais de acessar as instalações da empresa, pelas intimidações e ameaças aos trabalhadores através de telefonemas, e-mails, telegramas e mensagens eletrônicas, entre tantas outras ações ilegais cometidas pela Petrobrás durante a greve.

Essas e outras práticas antissindicaais serão investigadas pelas Procuradorias Regionais do Trabalho e a orientação é que os sindicatos continuem denunciando toda e qualquer arbitrariedade cometida pela empresa antes, durante e após a greve. Os procuradores discutirão estratégias conjuntas de atuação frente às violações ocorridas e também ações de proteção aos grevistas.

No PR, Petrobrás desrespeita MPT e Sindicato

Mais uma vez a Petrobrás demonstrou que não tem interesse nenhum em negociar a regulamentação das greves ao faltar na audiência no dia 18, no Ministério Público do Trabalho (MPT) – Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, em Curitiba. O objetivo seria viabilizar a autoregulação da greve, mediante pactuação entre a empresa e o Sindicato.

Diante da ausência de representantes da Petrobrás, o Sindicato expôs as práticas antissindicaais cometidas pela empresa durante o movimento paralisado dos petroleiros, como a manutenção das atividades através de equipe de contingência, com jornadas excessivas, superiores a 12 horas diárias, com confinamento dos trabalhadores nas dependências das unidades e em alguns casos sem a devida capacitação técnica.

O Sindipetro ainda reafirmou a necessidade da autoregulação da greve, tendo em vista que o movimento pode ser retomado a qualquer momento, já que houve apenas a suspensão e o estado de greve vigora.

Várias outras atitudes tomadas pela empresa que ferem a lei de greve e

caracterizam práticas antissindicaais foram denunciadas pelo Sindicato ao MPT. Em destaque, o pagamento de horas extras e promessas de promoções ao contingenciamento, uso da força policial dentro das unidades de produção, intimidações, filmagens dos trabalhadores na descida dos ônibus para constranger e ameaças feitas contra aqueles que aderiram à greve.

Por fim, o Sindicato ainda sugeriu que o MPT proponha Ação Civil Pública por danos morais coletivos na jurisdição do Estado do Paraná e a continuidade da apuração dos fatos revelados, sem necessidade de nova audiência diante da falta de interesse da denunciada.

Acordo Assinado!



FUP e sindicatos assinam ACT e garantem manutenção de todos os direitos e antecipação do pagamento dos retroativos

A FUP e 12 de seus 13 sindicatos assinaram nesta quinta-feira, 26, o Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, garantindo a manutenção dos direitos conquistados ao longo dos últimos anos.

Os acordos assinados pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina valem para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás nos dois estados, ou seja, atende a TBG, Transpetro e Petrobrás.

A Companhia atendeu à cobrança da Federação e antecipou para o dia 07 de dezembro a quitação das diferenças remuneratórias, retroativas a setembro.



WWW.SINDIPETROPRSC.ORG.BR

Operação Caça-Pelego

Comissões de ética irão apurar abusos cometidos na greve

Seu “colega” de trabalho deu aquela pelegada na greve? Percebeu que algum fura-greve recebeu afago\$ da empresa? Gerentes ou supervisores te enviaram mensagens pressionando para furar o movimento? Quer fazer alguma denúncia de desrespeito durante o período de greve?

Se você respondeu sim para uma ou mais das perguntas acima, não perca tempo! Envie já o seu relato para o e-mail etica@sindipetroprsc.org.br.

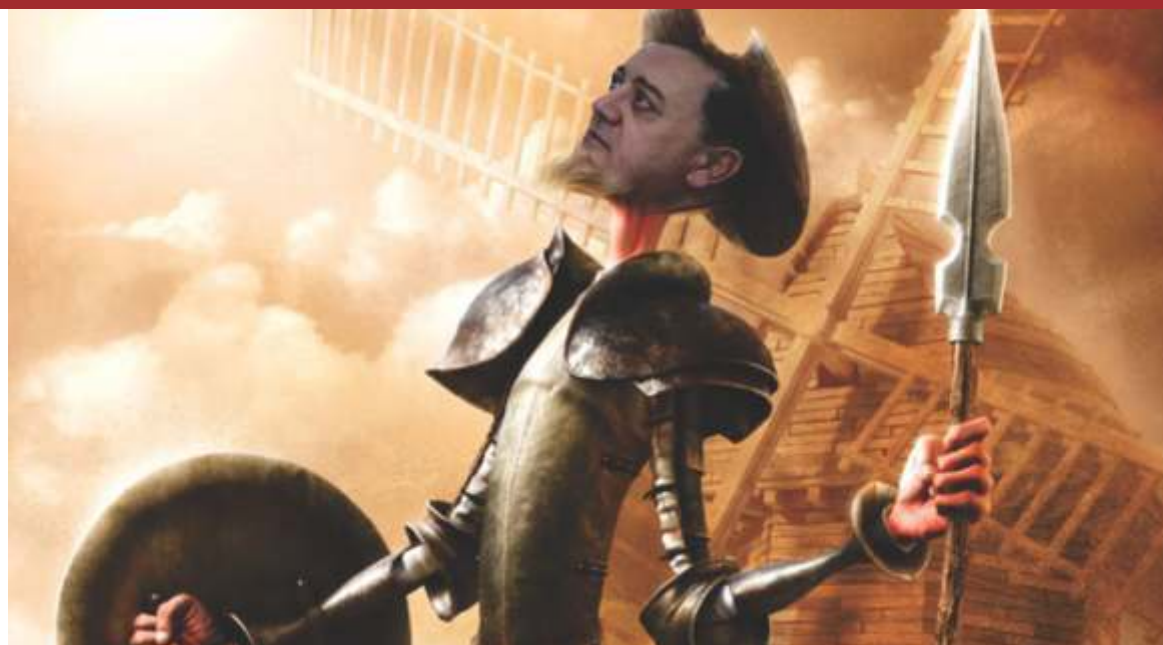
O Sindipetro constituiu comissões de ética em todas as bases do Sistema Petrobrás no Paraná e Santa Catarina para apurar os casos de descumprimento de decisões de assembleia

e do Estatuto da entidade. Quanto mais completas as informações, como nome, setor e unidade do pelego, melhor para a investigação das comissões.

Como funcionam as comissões de ética?

O Sindicato constituiu comissões de ética nas últimas assembleias para investigar abusos cometidos por associados durante a greve e aplicar as sanções que estão previstas no estatuto da entidade.

De acordo com as normas estatutárias, dirigentes sindicais podem participar das comissões, mas elas têm que ser formadas em sua maioria por trabalhadores de base. A primeira etapa de trabalho é a coleta das denúncias. Em seguida, as comissões se reúnem para avaliar o conteúdo das acusações. Logo após, o denunciado é notificado pela Comissão e tem 10 dias úteis para apresentar sua defesa. A comissão volta a se reunir para avaliar os argumentos do acusado e tirar um parecer, que pode ser não-punição, advertência, suspensão ou exclusão do quadro associativo do Sindipetro. Por final, a conclusão da Comissão será apreciada pelos trabalhadores em assembleias.



Dom Bendine de La Mancha

Em mais uma de suas peripécias, Bendine parece ter incorporado o príncipe regente Dom Pedro e proclamou a independência da Petrobrás em relação ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), pelo menos no dia 7 de Setembro.

A surpresa aconteceu quando chegaram os holerites daquele mês e os petroleiros do regime de turno perceberam que as horas extras do feriado foram pagas como praticadas em dia normal, apenas com o adicional das horas trabalhadas, de forma contrária ao que prevê a Cláusula 26ª do ACT (Extra Turno Feriado).

A determinação da gestão veio em um momento delicado nas relações de trabalho na Petrobrás, com a categoria na iminência de decretar a greve diante das negativas da empresa em negociar a Pauta pelo Brasil.

Se foi uma medida para economizar, o gestor cometeu um grande erro. O que está escrito no ACT tem força de lei e o adicional do feriado será cobrado na Justiça, com jurisprudência favorável aos trabalhadores. Acaso foi mera provocação, contribuiu para acirrar os nervos da categoria, já indignada com o descaso da direção da empresa, e o resultado foi a greve nacional dos petroleiros.

Uma coisa é certa, se Bendine tentou posar de Dom Pedro, aproveitou apenas o pronome de tratamento dos monarcas e passou mesmo foi por Quixote de La Mancha.

Cláusula 26a - Extra Turno Feriado

A Companhia pagará, a título de horas extraordinárias, remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento), as horas trabalhadas nos dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, segunda-feira de carnaval, terça-feira de carnaval e até ao meio dia da quarta-feira de cinzas aos empregados engajados em regimes especiais de trabalho previstos no Acordo Coletivo de Trabalho, observadas as demais condições vigentes no padrão normativo da Petrobras.



Sindicato convoca petroleiros do turno para habilitação em processo O Sindipetro convoca todos os petroleiros sindicalizados da Petrobrás e Transpetro enquadrados no regime de turno ininterrupto para se habilitarem na ação coletiva que visa o pagamento em dobro do feriado de 7 de setembro e dos próximos casos se a empresas insistir em pagar de forma errada. Para isso, devem procurar uma das sedes do Sindicato (Curitiba, São Mateus do Sul, Paranaguá e Joinville) ou os dirigentes de base para preencher procuração e assinar contrato de honorários advocatícios.

Organização Sindical

A construção da pauta de lutas dos petroleiros

A organização sindical dos petroleiros é totalmente construída por princípios democráticos. Desde as reuniões e assembleias de base até a eleição da Direção da Federação Única dos Petroleiros, o que sempre prevalece é a decisão majoritária do coletivo. Todas as decisões e encaminhamentos são fruto desta organização sindical, democrática e plural. Conheça abaixo as etapas e instâncias de deliberação da categoria.



1

CONGRESSOS REGIONAIS

Sindicatos convocam assembleias para eleger representantes que participarão dos congressos regionais, nos quais serão debatidas as demandas locais e as reivindicações para a pauta nacional. Os congressos regionais também elegem os delegados(as) para a Plenária Nacional da FUP.

2

PLENÁRIA NACIONAL

A Plenária Nacional da FUP, realizada anualmente, reúne a diretoria da Federação e os delegados(as) eleitos de todos os sindicatos filiados para avaliarem as propostas originadas nos congressos regionais e, a partir daí, definirem a Pauta Nacional de Reivindicações dos Petroleiros.

3

APRECIÇÃO NAS ASSEMBLEIAS

A Pauta Nacional de Reivindicações dos Petroleiros é submetida para apreciação das assembleias gerais dos sindicatos, autorizando a FUP a dar início à mesa de negociação com a Companhia.

4

NEGOCIAÇÕES

Representantes da FUP e do Sistema Petrobrás iniciam as tratativas. É comum ter como resposta da empresa uma contraproposta à pauta de reivindicações após o término da rodada de argumentações em mesa.

5

CONSELHO DELIBERATIVO

A FUP convoca seu Conselho Deliberativo, fórum que reúne a direção da Federação e um representante por sindicato filiado, para avaliar a contraproposta da Companhia. Embasada no quadro de mobilização nacional e patamar da proposta, o Conselho Deliberativo da FUP indica a aprovação ou rejeição às assembleias de base, que são soberanas e as instâncias máximas para deliberar sobre o Acordo Coletivo de Trabalho. Acaso o Conselho indique rejeição, sempre são apontadas as formas e períodos de mobilização.

Indicativos

A prática de apontar caminhos para as assembleias de base é fundamental para o fortalecimento da categoria petroleira, ou seja, é um instrumento essencial para a articulação dos sindicatos a nível nacional. E esta unidade, em um país continental como o Brasil, é o principal alicerce da luta petroleira. Portanto, é grande a responsabilidade dos conselheiros, que devem ter o melhor sentimento de uma base de representação e, em diálogo franco e aberto, definirem a melhor estratégia para a categoria.



Eleições

A relação de confiança dos dirigentes sindicais com a base se legitima a partir das eleições nos sindicatos, plenárias e congressos da Federação. Portanto, as representações são passíveis de mudança em pleito futuro.



Principais instâncias de deliberação

- Assembleia de Base
- Direção Executiva
- Direção Colegiada
- Congresso Regional
- Plenária Nacional (PLENAFUP)
- Congresso Nacional (CONFUP)
- Conselho Deliberativo da FUP
- Direção da FUP



BENEFÍCIO FARMÁCIA



Orientações da AMS sobre reembolsos não efetuados pela Global Saúde

Foram tantas as reclamações sobre problemas na gestão da Global Saúde no Benefício Farmácia que a situação ficou insustentável e o contrato com a empresa foi rompido no dia 15 de setembro.

Junto com a quebra contratual vieram novos problemas com os reembolsos de gastos com medicamentos solicitados à Global. Diante disso, o Sindipetro Paraná e Santa Catarina buscou soluções junto à Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). A orientação passada ao Sindicato foi de que os beneficiários que requisitaram o reembolso entre 28 de março e 15 de setembro e não obtiveram resposta devem encaminhar até o dia 31 de janeiro de 2016 a documentação (descrita abaixo) para o e-mail reembolsobf@petrobras.com.br ou chave BNF01.

A Petrobras avaliará as solicitações e os beneficiários receberão resposta em dois momentos: o primeiro, quando será acusado o recebimento e indicadas eventuais pendências; o segundo, informando resultado final da análise. Os valores das solicitações aprovadas serão reembolsados pela Petrobras.

- **Cupom/nota fiscal ou cópia impressa da Nota Fiscal Eletrônica:** referente às despesas com aquisição do medicamento. Devem conter: nome do estabelecimento/instituição; o número do CNPJ; data de compra; o valor da compra; quantidade adquirida; o nome comercial do produto; o número da nota fiscal e demais itens exigidos pela legislação vigente.
- **Receita médica ou odontológica dentro do prazo de validade:** com CRM/CRO do profissional (legível) e dentro do prazo de validade estipulado. A data da receita é item obrigatório e não poderá ser posterior à data da compra.
- **Formulário de Reembolso:** formulário preenchido e assinado com dados bancários e CPF do beneficiário titular. O formulário está disponível no site <http://www.ams.petrobras.com.br>. Para medicamentos cuja cobertura requer análise técnica, será exigida, além dos itens anteriores, a seguinte documentação:
 - Laudos médicos/odontológicos contendo o diagnóstico, a indicação e tempo de duração previsto para o tratamento prescrito;
 - Resultados de exames complementares que comprovem a doença ou a necessidade da medicação;
 - Formulário de Medicamentos Oncológicos preenchido pelo médico prescritor, em casos de tratamento oncológico ou de suporte hematológico à quimioterapia.

Ajuda p/ os aposentados



Os aposentados e pensionistas que tiverem dificuldades em cumprir com os requisitos para o reembolso devem procurar a ajuda do Sindicato pelo telefone (41) 3332.4554 – Ramal 203 ou diretamente na Sede, junto à Secretaria dos Aposentados (R. Lamenha Lins, 2064, Rebouças – Curitiba-PR)

Petrobrás cada vez menor em Santa Catarina

FUI!



Segue em curso o processo de desmobilização da Petrobrás em Santa Catarina. Há poucos meses, o Sindipetro organizou junto aos trabalhadores da antiga Unidade de Operações de Exploração e Produção Sul (UO-Sul), hoje reduzida a um Ativo de Produção, uma campanha para tentar evitar a saída da empresa da cidade catarinense.

Na ocasião foram feitas diversas ações, tais como uma greve, confecção de materiais com subsídios que justificavam a permanência da referida base e uma série de contatos políticos e de reuniões com a empresa para reverter a desmobilização. Porém, a empresa manteve sua decisão antidemocrática e imposta às pressas, o que, além de comprometer drasticamente a vida de dezenas de petroleiros, prejudicou também o estado de Santa Catarina, pois a única base expressiva da Petrobrás começara a sair do estado.

Lamentavelmente os esforços políticos dos parlamentares catarinenses foram tímidos, sendo que aparentemente "compraram a propaganda" da empresa de que as mudanças eram meramente administrativas, sem ônus aos investimentos no estado.

Desde o início dessa triste decisão da empresa, o Sindipetro PR e SC alertava que não só as dezenas de trabalhadores petroleiros deixavam o estado, mas também os investimentos presentes e, principalmente, os possíveis projetos futuros para a região estavam sendo comprometidos. A mais recente evidência disso foi apresentada em forma de denúncia ao Sindicato de que a base aérea petroleira no aeroporto de Navegantes deve ser desativada nos próximos meses. Além de mais uma vez gerar perdas econômicas e sociais para Santa Catarina, agrava o risco aos trabalhadores, pois o trajeto para acessar a plataforma Cidade de Itajaí aumentará significativamente.

O Sindipetro está cobrando explicações a Petrobrás e encaminhará essa situação aos representantes políticos locais.

